

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

VICTOR MOURA LUSTOSA PINHEIRO

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: COMO A SOCIEDADE ACOLHE O
ACADÊMICO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ANÁPOLIS – GO
2018

VICTOR MOURA LUSTOSA PINHEIRO

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: COMO A SOCIEDADE ACOLHE O
ACADÊMICO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação do Prof. M.e. Wilian Cândido.

ANÁPOLIS – GO

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

VICTOR MOURA LUSTOSA PINHEIRO

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: COMO A SOCIEDADE ACOLHE O ACADÊMICO
COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica de Anápolis, como requisito
essencial para obtenção do título de Especialista em
Docência Universitária.

Data da aprovação: ___/___/___/

BANCA EXAMINADORA

Profº. M.e Wilian Cândido
ORIENTADOR

Profª. M.ª. Allyne Chaveiro Farinha
CONVIDADA 01

Profª. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
CONVIDADA 02

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: COMO A SOCIEDADE ACOLHE O ACADÊMICO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

VICTOR MOURA LUSTOSA PINHEIRO¹

WILIAN CÂNDIDO²

RESUMO: O presente estudo objetivou apresentar os desafios enfrentados pelos acadêmicos portadores de deficiência visual no ensino superior. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática a fim de analisar as diretrizes da Educação Inclusiva para o ensino superior. Além disso, buscou-se ouvir acadêmicos que vivenciaram esta experiência, por meio da realização de uma entrevista, com um roteiro previamente elaborado. Ressalta-se que analisar estas dificuldades é lançar luz sobre um importante problema comum no ensino superior, a efetividade da inclusão. Notou-se por meio da pesquisa ser fundamental o apoio da Instituição de Ensino, oportunizando condições físicas, humanas e didáticas, para que os estudantes possam ser bem recebidos, ter garantido sua participação por meio de metodologias específicas, auxiliando-o no processo inclusivo, e oferecendo-o as mesmas condições para que possa competir em iguais condições no mercado de trabalho e também ser um agente transformador de seu meio sociocultural. Evidenciou-se que oferecer estes subsídios ao estudante Portador de Necessidades é contribuir para que o mesmo seja autor e construtor de sua própria história.

Palavras-chave: Discente. Deficiente Visual. Dificuldades. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Poucas são as pesquisas elaboradas em meio a sociedade acadêmica brasileira que apresentam em dados concretos as dificuldades encontradas pelos Discentes Universitários que possuem deficiência, de forma mais específica os que possuem deficiência visual, parcial e/ou integral, dentro do ambiente escolar. Por isso, é importante saber: quais obstáculos e dificuldades estes discentes encontram em seus caminhos para conseguirem os seus diplomas de nível superior?

O público com estas características no ensino superior, não é numeroso, ao menos na cidade de Anápolis, campo de estudo desta pesquisa. Muitas conjecturas

¹ Engenheiro Civil, email: vlustosaeng@outlook.com

² Pedagogo, especialista em docência universitária e mestre em ensino da educação básica, email: wiliancandido01@gmail.com

podem ser elaboradas a partir deste dado, como as dificuldades de acessibilidade, ou mesmo a falta de identificação com os cursos ofertados. Entretanto, identificar as causas deste fato não é objeto desta pesquisa, haja vista que se objetivou, a partir da experiência de discentes com deficiência visual, mapear suas dificuldades durante a realização de sua graduação superior.

Ressalta-se que é considerado como deficiente visual as pessoas com baixa visão ou cegueira. Para este estudo foram ouvidas pessoas com participação nos dois grupos apresentados, os com deficiência visual parcial e os que possuem deficiência total.

A deficiência visual pode ser definida como uma alteração, de ocorrência irreversível, das funções da visão, tornando nos casos mais graves imperceptíveis ao seu portador a distinção de cor, luz, distância, tamanho, formas, etc. No Brasil, existem em vigor as leis de inclusão aos portadores de necessidades especiais (PNEs). Dentre as leis que asseguram os direitos dos portadores de necessidades especiais (PNEs), já em vigor e sancionadas pelo Governo Federal, o decreto de Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é o instrumento que assegura os direitos individuais e sociais de tais cidadãos, concedendo-lhes as mesmas garantias de direitos básicos, tais como educação, saúde, trabalho, previdência, lazer, entre outros (BRASIL, 1989).

Dada a necessidade de uma inclusão efetiva deste grupo ao ambiente acadêmico, evidencia-se a relevância deste estudo que a partir de pesquisa bibliográfica e entrevista apontará algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos discentes das Instituições de Ensino Superior do município de Anápolis, Goiás, em ambiente escolar. Conhecer essas tais dificuldades sofridas por esses acadêmicos deficientes visuais, torna-se importante pois estes empecilhos podem se transformar em limitações fazendo com que esses acadêmicos venham a desistir do ensino superior, cerceando estes estudantes do pleno direito à inclusão garantido em Lei. Com informações coletadas pelo método de entrevista, a respeito da realidade do portador de necessidades especiais, buscar-se-á confrontar com os dispositivos legais em vigor no país e com a literatura existente sobre o tema, procurando avaliar a efetividade da inclusão nas instituições frequentadas pelos sujeitos da pesquisa.

O trabalho ora apresentado foi dividido em três partes, inicialmente apresenta-se como foi vista a deficiência ao longo do tempo e como é vista hoje; posteriormente explana-se sobre o amparo legal dado ao deficiente e discute-se a educação deste público e, em seguida, são analisados os dados obtidos por meio das entrevistas.

2 A DEFICIÊNCIA

O deficiente ao longo da história geralmente era tratado de forma diferente pelos demais indivíduos da sociedade em que o mesmo se encontrava inserido, tendo tratamentos diferentes de acordo com a cultura do local.

Bartalotti (2006, p. 41) afirma que: “Pensar na concepção de deficiência que temos hoje em nossa sociedade implica pensar na história do olhar sobre essa condição peculiar da vida humana”. Não obstante, uma parcela da sociedade associa a deficiência como uma doença contagiosa, o que faz buscar-se justificativas sobre as atitudes segregativas e preconceituosas praticadas pela sociedade, vindo a restringir o contato com pessoas deficientes, fazendo com que o indivíduo com deficiência venha a se isolar do meio em que vive.

Ainda de acordo com a autora Bartalotti, (2006, p. 45), a definição de deficiência deve ser considerada como algo além da doença, salientando as condições expressas a partir das dificuldades, ou das diferentes maneiras de se manifestar em seu meio social, não deixando de ser considerada, neste contexto, a condição limitante que a deficiência traz, mas relacionando-a a uma concepção meramente orgânica. Deve-se compreender que a presença da alteração, isoladamente, não é um agente determinante para as dificuldades ou os obstáculos encontrados pelo indivíduo, tornando-se mais perceptível e manifestado quando em contato social.

Para Bartalotti (2006, p. 46) “A possível incapacidade, portanto, não está na deficiência em si, mas nas dificuldades que podem aparecer quando se confrontam as alterações relacionadas à deficiência com as demandas sociais.”

Conforme relatado no Relatório Mundial Sobre a Deficiência (2012), pode-se caracterizar a pessoa com deficiência como sendo aquela que possui barreiras comportamentais ou ambientais que impeçam sua participação de forma plena e igualitária em meio a sociedade.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência, relata ainda que na história,

[...] as pessoas com deficiência têm em sua maioria sido atendidas através de soluções segregacionistas, tais como instituições de abrigo e escolas especiais. Agora, as políticas mudaram em prol das comunidades e da inclusão educacional, e as soluções focadas na

medicina deram lugar a abordagens mais interativas que reconhecem que as pessoas se tornam incapacitadas devido a fatores ambientais e também por causa de seus corpos [...]. (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA, 2012, p. 3).

Segundo Buchalla (2005, apud Bartalotti, 2006, p.45), a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001, propõe a Classificação Internacional para a funcionalidade, incapacidade e saúde, buscando atribuir à deficiência um caráter mais positivo, salientando as atividades que o portador de necessidade especial tem condição de desempenhar, além de sua participação social, levando-se em consideração seu contexto individual.

De acordo com Rocha (2004), o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulariza a Lei nº 7.853/89 a definição de deficiência é dada de duas maneiras, sendo a primeira a que tem por função definir deficiência como aquela que venha a causar incapacidade em atividades no que seria padrão ao normal para o ser humano e em seguida a definição de deficiência permanente como sendo aquela que atua por um determinado período de tempo e não venha a permitir a recuperação do indivíduo.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO, 2012) caracteriza o termo cegueira como a reunião de indivíduos com diferentes graus de visão residual, não significando a completa incapacidade para ver, mas o prejuízo desta capacidade a níveis incapacitantes para atuação em tarefas cotidianas. A classificação de perda de visão parcial indica visão inferior a 20 graus de arco, já a cegueira total indica completa perda da visão, nem a percepção luminosa e presente neste caso.

Ainda de acordo com o manuscrito redigido pela CBO (2012), o número de pessoas com deficiência visual vem aumentando de forma exorbitante desde o ano de 1975, saindo da casa de 28 milhões de pessoas cegas para a estimativa de 7.9 bilhões previstas para o ano de 2020, sendo que o maior aumento deste público está previsto para os países em desenvolvimento. Diante deste fator torna-se importante atenção as políticas de inclusão deste contingente populacional em meio à sociedade. Estas políticas serão tratadas no tópico seguinte.

2.2 LEIS E DIRETRIZES PARA O AMPARO AO ACADÊMICO COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, dentre as ações para a integração do deficiente destaca-se o Decreto de Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Entre os artigos da referida Lei

destaca-se o Artigo 1º, parágrafo primeiro, que discorre sobre os direitos do deficiente referentes aos “valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.” (BRASIL, 1989).

No que se refere a educação, a mencionada Lei oferece a pessoa portadora de deficiência os direitos de inclusão, inserção e principalmente o mesmo acesso conferido aos demais estudantes. Para dos Santos (2003), as instituições de ensino superior necessitam organizar estratégias e ferramentas de ensino que possibilitem ao discente com necessidades diversas a garantia de sua formação integral e abrangente como ser humano, possibilitando assim sua inserção no seu meio social com olhar crítico e reflexivo da sua realidade.

De forma mais recente, o Decreto de Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Vale salientar que esta lei vem a garantir os preceitos já estabelecidos em leis anteriores (Lei 7.853/89). (BRASIL, 2015).

Sobre as leis que asseguram os direitos à Educação por parte dos portadores de necessidades especiais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentada sob o Decreto de Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, em seu capítulo V, discorre sobre as garantias referentes a este público em especial, tais como: utilização de metodologias, elaboração de currículos e a utilização de recursos, que possam atender suas necessidades educacionais, além do treinamento do corpo docente, de maneira especializada, visando possibilitar a integração do PNE à classe comum (Art. 59, I, III e V). (BRASIL, 1996).

Segundo o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, elaborado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, divulgado em 2005,

[...] os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos de direitos humanos, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade [...]. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.7).

Para os autores, o processo de inclusão social deixa as esferas políticas e de minorias, devendo ser encarado e realizado por toda a sociedade brasileira, mesmo

acreditando que o Brasil não apresente tais características agregativas, o que torna o processo cada vez mais complexo, principalmente em instituições que servem para regulamentar o pleno convívio dos homens, pode conduzir a processos discriminatórios e excludentes.

Ainda segundo o Documento analisado, as Instituições de Ensino,

[...] Como território institucional expressivo da cultura em que se insere, a escola sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público que deve atender. Um público de “aprendizes de cidadania” que, para exercê-la, querem mais que o mero direito de expressão. Mas também um público cheio de especificidades que, se não forem respeitadas, acolhidas e atendidas em suas diferenças jamais farão da escola um dos possíveis espaços em que o exercício de uma política inclusiva contribua com a construção de uma sociedade mais justa [...]. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 7).

Inserido neste contexto, as Instituições de Ensino Superior também devem criar condições favoráveis para que o processo de inclusão do Portador de Necessidades Especiais possibilite ao mesmos direitos e meios para sua formação de maneira integral e integrada.

Os autores do documento, trazem um importante trecho da declaração de Salamanca (1994), que salienta a necessidade de preparação da equipe educacional envolvida na ação inclusiva, “A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas.” (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 9).

Entretanto, ressalta-se que para os autores, colocar a responsabilidade de sucesso de integração somente sobre as costas dos professores é um procedimento que gera ainda mais desconforto e incapacidade de solução do problema. Para eles,

[...] Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico. Porém, a solicitação destes recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso [...]. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 9).

Como uma melhor forma em que os alunos passariam a receber um melhor acompanhamento pedagógico, os professores teriam em suas salas de aula um outro profissional especializado no acompanhamento desses discentes, de modo a não sobrecarregar o professor e o próprio acadêmico com necessidades especiais, desta maneira a aula fluiria de melhor maneira. Os autores dizem ainda,

[...] A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm-se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um 'lugar' na escola [...]. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.21).

O professor, sendo um propagador de conhecimento, deve sempre estar aprimorando-se e o convívio em sala de aula juntamente com o aluno faz parte desta interação, que acaba por fazer com que o professor crie um vínculo com o aluno passando a conhecer e entendê-lo, e este vínculo criado pode fazer com que o aluno se encontre em meio escolar.

A Declaração de Salamanca Espanha, (SALAMANCA, 1994), importante documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, que direciona as normativas elementares para a formulação e reforma de sistemas de educação, em concordância com o movimento de inclusão social (MENEZES; SANTOS, 1994), salienta em seu artigo 53,

[...] Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto implica em tecnologias adequadas de treinamento, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola. O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o

envolvimento ativo de aconselheiros vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências [...]. (MENEZES; SANTOS, 1994, p.13).

Como mostra a citação, em 1994 já existia a preocupação com a interação do jovem com necessidades especiais e que o mesmo deve ser inserido na sociedade e tal inserção começa dentro da escola e ela deve oferecer condições de ensino para que esse estudante consiga com estes ensinamentos ser um membro ativo no meio social em que vive.

3 METODOLOGIA

A referente pesquisa, nasceu da necessidade de estudos sobre as dificuldades e o processo de inclusão pelo discente portador de necessidades especiais, mais especificamente o deficiente visual, seja ele de caráter parcial ou total. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, por meio da técnica de entrevista em que foram coletados dados referentes a tais obstáculos.

Foram entrevistados dois candidatos, sendo um representante com baixa visão e o outro com cegueira total, ambos do sexo feminino com idades entre 30 e 35 anos, estudantes matriculados em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior pública e privada, presentes no município de Anápolis, Goiás. O público em questão, possui poucos representantes em meio acadêmico, tornando-se muito difícil de encontrá-los.

A entrevista foi realizada a partir de um roteiro previamente elaborado com perguntas fechadas e abertas, estas transcritas pelo pesquisador. Posteriormente, os dados coletados foram confrontados com a literatura pesquisada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram entrevistadas duas acadêmicas, do curso de Pedagogia, sendo uma matriculada em Instituição pública e outra em uma Instituição privada, ambas com faixa etária entre 30 a 35 anos.

A entrevistada que apresenta cegueira total encontra-se devidamente matriculada no 6^o período do referido curso, tendo a mesma ingressado na Instituição

privada através de vestibular via sistema de cotas. Já a acadêmica com baixa visão frequenta o 8º período do curso de Pedagogia em uma Instituição pública de ensino, tendo a mesma ingressado na Instituição através de vestibular convencional.

O questionário aplicado junto as participantes da pesquisa abordavam temas relacionados as dificuldades encontradas em suas atividades como alunas e no processo inclusivo, variando desde questionamentos relacionados a relação das acadêmicas junto aos colegas e aos professores, a satisfação das mesmas com o curso e sua Instituição e sua opinião pessoal sobre aspectos que poderiam ser alteradas sobre o ensino do portador de necessidades especiais para que o mesmo obtenha melhores resultados.

As estudantes foram abordadas em suas respectivas IES e responderam positivamente a entrevista, mostrando-se receptivas ao preenchimento do questionário aplicado e com o devido interesse ao tema proposto. Ambas responderam que o principal motivo de terem escolhido o curso de graduação que frequentam foi por identificação a área e afinidade pessoal com os respectivos cursos.

Devido as condições das deficiências apresentadas pelas entrevistadas, as mesmas foram questionadas sobre o seu entendimento em relação a braille. A entrevistada com cegueira total relatou apresentar conhecimentos apenas em braille, enquanto a acadêmica com baixa visão apresenta bons conhecimentos na linguagem de sinais.

Sobre a relação das estudantes com os outros colegas e o corpo docente das Instituições frequentadas, a acadêmica com cegueira total relatou apresentar boas relações com ambos. A acadêmica com baixa visão também relata apresentar boas relações com colegas e professores principalmente por orientação familiar que a instruiu a não aceitar ser tratada com indiferença.

Quando perguntadas sobre a satisfação em relação ao ensino prestado pela Instituição escolhida, ambas sentem-se satisfeitas. A aluna com cegueira total comenta possuir muito auxílio por parte do corpo docente. A acadêmica com baixa visão alega que por sua Universidade ser pública não havia distinção por parte de profissionais, todos os alunos são tratados de forma igualitária.

As opiniões das entrevistadas coadunam com Dos Santos (2003), que salienta os dois principais papéis da universidade:

[...] (a) formar o profissional que terá esta mentalidade, aberta ao trato com a diversidade em qualquer setor de nossa sociedade, e (b) servir de exemplo, ou modelo, no decorrer do próprio processo de formação desses profissionais, de que tal formação cidadã seja possível, através de uma prática pedagógica em que se verifique a colocação em prática do que até aqui foi levantado sobre o papel da escola em geral [...]. (DOS SANTOS, 2003, p. 1-2).

Segundo a autora supracitada, os dois pilares para a formação integral do acadêmico são o saber fazer e o saber ser cidadão, consciente do seu papel social junto à comunidade.

A respeito das condições criadas pelas Instituições para que as mesmas frequentem as aulas a discente com cegueira total alega que sua Instituição possibilitou tais condições, principalmente pela criação de um núcleo de acessibilidade que veio a acompanhar de forma mais efetiva e presente na participação dos deficientes em meio a universidade. Entretanto, a discente com baixa visão comentou que sua Instituição não criou possibilidades para que a mesma permanecesse na Instituição.

Ainda assim, quando questionadas sobre possíveis dificuldades vivenciadas pelas mesmas na IES a acadêmica com deficiência total alega ter vivenciado dificuldades quando ingressou no curso, principalmente relacionados à metodologia de ensino utilizada pelos professores. A estudante com baixa visão alega que sua maior dificuldade se deu pelo fato do curso ser no horário noturno.

Quando abordadas sobre a sensação de inclusão em sala de aula ambas relatam se sentir incluídas, possuindo amizades com os colegas de sala e com o próprio corpo docente das Instituições, não se sentindo inferiorizadas. Dos Santos (2003), apresenta em seu trabalho uma importante contribuição para pleno entendimento do processo de inclusão. Segundo ela:

[...] Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão se refere, portanto, a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres [...]. (DOS SANTOS, 2003, p. 4).

O processo de inclusão não se dá apenas na simples inserção do indivíduo portador de necessidades dentro de uma sala de aula; requer também processos mais abrangentes envolvendo sua inserção como ser humano em todas as esferas sociais e culturais.

Pensamento esse que vai de acordo com Castanho e Freitas (2006), que relacionam o processo inclusivo com a construção democrática da sociedade, em que o respeito e a tolerância as diferenças e as garantias em relação a igualdade de condições e possibilidades promovam um processo de ruptura ao movimento de exclusão do acadêmico.

Fora pedido a opinião das acadêmicas sobre a preparação do corpo docente das respectivas instituições para o trabalho com os acadêmicos portadores de deficiência visual, o relato da deficiente com cegueira total mostra que com a criação do núcleo de acessibilidade em sua instituição, proporcionou um melhor trabalho com o público deficiente por parte do corpo docente. Já a acadêmica com baixa visão possui opinião que o corpo docente ainda não se encontra preparado para trabalhar com esse público.

Para as autoras Castanho e Freitas:

O papel do professor no contexto do ensino superior remete a uma postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que este educador tenha um compromisso permanente com a vida dos alunos, assim como com a autonomia de seus educandos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea. (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 96).

Nota-se nesse excerto o papel primordial do docente no compromisso de formação permanente e integral dos seus acadêmicos, compromisso esse que vai além da simples aplicação metodológica dos conteúdos, buscando a formação de um profissional ético, reflexivo e atuante.

De acordo com Dos Santos (2003), é papel do docente assegurar a participação plena dos seus alunos na esfera social e que os mesmos tenham condições similares no quesito aprendizagem. Omitindo-se essa posição torna o indivíduo em possível processo de exclusão, impossibilitado de participar do processo educacional de maneira plena.

Indagou-se ainda as participantes a respeito do que deveria ser mudado para que o ensino do deficiente visual obtivesse melhores resultados. A discente com cegueira total relata a importância das pessoas não podem tratar o deficiente visual com diferença das demais pessoas. A discente com baixa visão propõe campanhas de conscientização da importância da inclusão do portador de necessidades especiais seja através de palestras ou simpósios.

Diante de tal análise, pode-se constatar a existência do processo inclusivo tanto no ambiente de ensino público quanto no privado, porém em diferentes graus de intensidade. Observa-se que neste estudo de caso que IES privada oportunizou melhores condições de acolhimento e acompanhamento didático pedagógico do acadêmico portador de necessidades especiais. A IES pública possui também uma política de inclusão, tratando todos de forma igualitária, porém aquém do necessário.

Nota-se também que o professor é uma ferramenta de inclusão do aluno portador de deficiência, necessitando da parte do docente de investimentos técnico-científicos e também humanísticos no trato com o acadêmico deficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de pesquisar sobre os obstáculos enfrentados pelos estudantes portadores de necessidades especiais com ênfase na deficiência visual, vêm de encontro as normativas já propostas e em vigor, tanto na Constituição Federal como na Lei de Diretrizes e Bases, que visam assegurar ao Portador de Necessidade as condições básicas de equiparação e inclusão dentro do contexto social e educacional. Defender que tal público tenha oportunidades de integração e socialização, seja através de oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e competências, seja pela inserção em seu meio social, participando com os demais cidadãos, da construção de seu patrimônio cultural é condição extremamente importante para que se valide e consolide as determinações democráticas.

O estudante portador de necessidades especiais, mais especificamente o que apresenta deficiência visual, carece das Instituições de Ensino Superior uma atenção para que sua limitação possa ser atenuada, seja com a capacitação do seu corpo docente para a adequação da melhor metodologia de ensino para o caso, principalmente com atividades educativas inclusivas e integrativas, além do correto treinamento humano necessário para a condução da relação professor-aluno-turma,

seja através da disponibilização de materiais didáticos e tecnológicos que visem assegurar que o estudante tenha os materiais apresentados pela disciplina ministradas, seja por meios eletrônicos (notebook, gravadores de voz), ou com a disponibilização de material impresso específico ao deficiente visual (Braille).

Inserir o estudante Portador de Necessidades Especiais em sala de aula requer também uma grande dose de empatia e solidariedade por parte dos colegas, buscando condições de integração e socialização deste público, facilitando sua permanência e servindo de elo motivador para que consigam superar as dificuldades enfrentadas. Com união, respeito e cooperação, o ambiente universitário pode se tornar um local, em que o foco principal seja a construção do conhecimento e as trocas de experiências entre os envolvidos.

Percebeu-se que o processo de inclusão necessita não apenas da teoria, mas também do seu pleno exercício no dia-a-dia, visando garantir que os direitos do indivíduo com deficiência possam ser assegurados e vivenciados.

Nesse contexto as autoras Castanho e Freitas aludem ao estudo de Muller e Glat, que revelam que “a educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado, modernizado, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes na universidade devem fazer parte dessa mudança.” (MULLER; GLAT, 1999 apud CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 94).

Compreender tais aspectos referentes a participação de deficientes visuais em meio universitário é de suma importância para a inclusão dos mesmos em meio acadêmico.

6 ABSTRACT: THE CHALLENGES OF INCLUSION: HOW THE SOCIETY WELCOMES THE ACADEMIC WITH VISUAL DEFICIENCY

The present study aimed to present the challenges faced by academics with visual impairment in higher education. For that, a bibliographic research was done on the subject in order to analyze the guidelines of Inclusive Education for higher education. In addition, we sought to listen to academics who have experienced this experience, through an interview, with a previously prepared script. It is important to analyze these difficulties to shed light on an important common problem in higher education, the effectiveness of inclusion. It was noted through the research that the support of the Educational Institution is fundamental, providing physical, human and didactic conditions so that the students can be well received, have guaranteed their

participation through specific methodologies, assisting them in the inclusive process, and offering it the same conditions so that it can compete in equal conditions in the labor market and also be a transforming agent of its sociocultural environment. It was evidenced that to offer these subsidies to the Student of Needs is to contribute so that he is the author and constructor of its own history. With regard to research, it can be seen how the process of inclusion of the visually impaired in public and private institutions of higher education happens and what tools provide such aspects.

Keywords: Discente. Poor Visual. Difficulties. Inclusion.

REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** Local de publicação: São Paulo, Editora: Paulus, 2006. p. 57.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 06, de 2015. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 19, de 2000. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 20, de 1996. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 24, de 1989. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 18 jan. 2018.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 85-92, 2006. Acesso em: 02 abr. 2018.

DOS SANTOS, Mônica Pereira. O Papel DO ENSINO SUPERIOR NA PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Movimento—Revista da Faculdade de Educação da UFF—no**, v. 7, p. 78-91, 2003. Acesso em: 02 abr. 2018.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.** Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 217-232, ago. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos Verbete **Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 21 de jan. 2018.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Local de publicação: Brasília, Editora: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 48. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>
Acesso em: 17 de jan. 2018.

ROCHA, Luciana Lopes. **Portadores de Necessidade Especiais: dilemas e desafios.** Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 13, no 1188. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3675>> Acesso em: 18 jan. 2018.

TALEB Alexandre, FARIA Marco, ÁVILA Marcos, MELLO Paulo. **As Condições de Saúde Ocular no Brasil - 2012.** International Standard Book. v. Único. 1ª Edição. 2012. Disponível em: <http://www.cbo.com.br/novo/medico/pdf/01-cegueira.pdf>
Acesso em: 18 jan. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos acadêmicos



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Caro discente

Estamos realizando levantamento de dados sobre o processo de inclusão e as dificuldades encontradas pelos deficientes visuais em meio universitário. Os resultados serão analisados e utilizados para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) em Docência universitária em nível de Pós-graduação *lato sensu* oferecido pela Faculdade Católica de Anápolis. Após a conclusão os resultados serão disponibilizados a todos interessados.

“Não haverá identificação do entrevistado”

Agradecemos sua colaboração.

Caso você não queira participar, fique à vontade para assinalar com um X aqui () e devolva este questionário sem responder.

DEFINIÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Gênero?

() Masculino () Feminino

2. Marque uma alternativa indicando a faixa etária onde você se situa.

() 20 a 25 anos () 26 a 30 anos () 31 a 35 anos () 36 a 40 anos () mais de 40 anos

3. Qual seu percentual de cegueira?

4. Qual é a origem e causas da sua deficiência visual?

3. Seu ingresso ao ensino superior se refere:

- Via ENEM/vestibular
- Cotas para portadores de necessidades especiais.
- Por indicação e contatos com a IES
- Outros. Quais?
-

5. Curso e período que frequenta:

6. Qual motivo levou você escolher o curso?

- Pela localização da IES.
- Escolha pessoal, por identificação.
- Percepção de ascensão no mercado de trabalho.
- Outros. Quais?
-

7. A IES criou condições para que você frequentasse as salas de aulas?

- Sim Não Desconheço

8. Possui entendimento de braille?

9. Você tem boas relações com os outros colegas e com os professores?

10. Você se sente satisfeito em relação ao ensino da instituição que você escolheu?

11. Em sua opinião, o que deveria ser mudado para que o ensino do deficiente visual obtivesse melhores resultados?

12. Você se sente incluído na sala de aula? Se não, por quais motivos?

13. Você apontaria alguma dificuldade vivenciada na IES? Se sim, qual?

14. Em sua opinião, o corpo docente da instituição encontra-se preparado para trabalhar com o deficiente visual? Porque?

15. Você utiliza Bengala articulada - para orientação e mobilidade da pessoa com deficiência visual ?

Sim Não Desconheço

16. Com relação aos obstáculos ou barreiras a que você enfrenta para se locomover até a sala de aula, enumere por ordem de importância os itens dos quais poderiam ser disponibilizados para superar suas limitações de locomoção. **(Por ordem de importância o item 01 é o principal, seguindo a ordem crescente dos números até o menos importante).**

- a) **Rampa:** inclinação que substitui as escadas, permitindo acesso a todas as pessoas.
- b) **Guia rebaixada:** declinação em calçadas permitindo o acesso de todas as pessoas.
- c) **Semáforo sonoro:** equipamento de sinalização para travessia de pedestres acoplado a um mecanismo que emite sinal sonoro quando o tráfego de automóveis está fechado e as pessoas podem atravessar a rua. Permite condição de acessibilidade às ruas para pessoas cegas e com deficiência visual.
- d) **Transporte apropriado/acessível:** meio de transporte que permite o uso por parte de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Exemplo: ônibus de piso baixo ou com plataforma e elevador, porta larga para cadeira de rodas
- e) **Profissional de apoio:** funcionário da IES responsável por auxiliar os (as) alunos (as) nos casos em que se fizerem necessários...
- f) **Auxílio na comunicação:** Abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos, os meios de voz digitalizadas e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;